

Decisão de participação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho: análise com base em características individuais e familiares¹

Decision of Brazilian young people to participate in the labor market: analysis based on individual and family characteristic

Decisión de los jóvenes brasileños de participar en el mercado laboral: Análisis basado en características individuales y familiares

**Miqueline Leite
COSTA**

miqueline18@hotmail.com
Mestre em Economia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda em Economia, Universidade Federal da Bahia (UFBA). <https://orcid.org/0000-0002-4887-9160>.

**Marco Antonio
JORGE**

mjorge@ufs.br
Doutor em Economia de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Professor Titular do Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). <https://orcid.org/0000-0001-7195-9364>.

**Fábio Rodrigues de
MOURA**

fabiromoura@gmail.com
Doutor em Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP). Professor Adjunto do Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe (UFS). <https://orcid.org/0000-0002-6532-110X>.

O objetivo deste estudo foi analisar a participação dos filhos com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, considerando características individuais e interações familiares. Utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua e a metodologia aplicada foi um modelo logit em painel. Como resultado, verificou-se que: idade, anos de estudo, sexo masculino, número de componentes do domicílio, menores faixas de renda e a ocupação do responsável familiar, contribuíram para a participação dos jovens na força de trabalho. Os efeitos negativos vieram de variáveis como: residir em área urbana, famílias de maiores faixas de renda, ser da região Nordeste, presença de idoso no domicílio e maior escolaridade do responsável familiar.

¹ Os autores agradecem aos pareceristas da Revista pelas sugestões valiosas. Obviamente, eventuais erros remanescentes são de nossa exclusiva responsabilidade.

Palavras-chave: Participação no Mercado de Trabalho; Jovens; Brasil.

The aim of this study was to analyze the participation of young people from 14 to 24 in the labor market, considering individual characteristics and family interactions. The database used was microdata from the National Continuous Household Sample Survey (PNADC), and the methodology applied was a panel logit model. It was found that: age, years of education, male gender, the number of household members, low-income families and the work of the householder, contributed to the participation of young people in the labor force. The negative effects were influenced by living in an urban area, lower income families, being from the Northeast region, presence of an elderly person in the household, and higher education of the householder.

Keywords: Participation in the Labor Market; Young; Brazil.

El objetivo de este estudio fue analizar la participación de jóvenes de 14 a 24 años en el mercado laboral, considerando características individuales e interacciones familiares. La base de datos utilizada fueron microdatos de la Encuesta Nacional Continua por Muestra de Hogares (PNADC), y la metodología aplicada fue un modelo logit de panel. Se encontró que: la edad, los años de educación, el género masculino, el número de miembros del hogar, las familias de bajos ingresos y el trabajo del jefe de hogar, contribuyeron a la participación de los jóvenes en la fuerza laboral. Los efectos negativos fueron influenciados por vivir en área urbana, familias de menores ingresos, ser originario de la región Nordeste, presencia de una persona mayor en el hogar y educación superior del jefe de hogar.

70

Palabras clave: Participación en el Mercado Laboral; Joven; Brasil.**Classificação JEL:** J22, D13, C23

Introdução

A composição da participação familiar no mercado de trabalho tem passado por inúmeras transformações ao longo do tempo. Montali (2017), referindo-se ao processo de reestruturação produtiva na década de 1990, afirma que mudanças no mercado de trabalho produzem diferentes formas de inserção neste mercado, associado a isso, mudanças sociais, demográficas, institucionais e políticas

também vêm afetando as relações família-trabalho no Brasil nos últimos anos.

Novella *et al.* (2018) verificam que uma das características em comum nos países da América Latina e Caribe é a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho (aos 16 anos em média), o que é constatado também por Pochmann (2007), no caso do Brasil. Logo, esta é uma tendência contrária ao que acontece nos países desenvolvidos, onde o ingresso do jovem no mercado de trabalho

é postergado. De acordo com Araújo *et al.* (2010), o ingresso “prematuro” dos jovens do Brasil no mercado de trabalho tem relação com o rendimento de suas famílias.

Assim, considerando que em 2014 teve início uma crise no país que associou baixo dinamismo econômico com problemas persistentes no mercado de trabalho, que atingiram principalmente a população brasileira com menores rendimentos, o presente trabalho tem por objetivo analisar a decisão de participação dos filhos em idade de trabalhar no mercado de trabalho brasileiro nos anos recentes, considerando as interações heterogêneas que acontecem nas famílias e diferem do modelo teórico básico de alocação de tempo entre trabalho e lazer.

Considerando os dados da PNAD Contínua Trimestral, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>, os jovens com idade entre 14 e 24 anos representavam 34,586 milhões de pessoas no Brasil no 4º trimestre de 2019. Da População em Idade Ativa (PIA), este grupo correspondia a 20,2%, enquanto da População Economicamente Ativa (PEA), o percentual de jovens era de 16,6%. Quanto à taxa de participação² no mercado de trabalho, equivalia a 18,6% para jovens de 14 a 17 anos e a 69,5% para os de 18 a 24 anos de idade. Os dados de distribuição percentual para ocupação, desocupação e inatividade dos jovens no grupo de idade entre 14 e 24 anos correspondiam a, respectivamente, 13,9%, 39,1% e 25,9%, para cada categoria.

De acordo com esses dados percebe-se, principalmente entre o grupo de 18 a 24 anos, que a taxa de participação é alta, mas não é correspondida por ocupação, pelo contrário, o percentual de desocupados para jovens entre 18 e 24 anos (31,3%) só é menor, considerando o período em análise, para a população com idade entre 25 e 39 anos (34,8%). Ao considerar o total da PEA de jovens com idade entre 14 e 24 anos, o percentual de desocupação é o maior do país (39,1%), o que em números absolutos representava o total de 4,555 milhões de jovens procurando emprego.

Com isso, busca-se responder ao problema proposto: como as interações familiares e os problemas no mercado de trabalho brasileiro vêm afetando as decisões de participação dos jovens de idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho? As hipóteses adotadas foram as seguintes: i) Em decorrência do aumento no desemprego, com a consequente dificuldade de absorção da força de trabalho dos jovens, a decisão de participação e o nível de ocupação dos filhos no mercado de trabalho vêm caindo no período que compreende os anos de 2012 a 2019; ii) Grande parte da decisão de participar da PEA pelos jovens advém das interações familiares incluindo aí o tamanho da família, no caso, menor participação dos filhos no mercado de trabalho, à medida que as famílias são menores.

Como contribuição, este trabalho visa preencher uma lacuna existente na literatura de modelos intradomiciliares de divisão de trabalho ao utilizar um modelo logit em painel, tendo como base a divisão do trabalho não apenas entre os cônjuges,

² Considera-se a razão entre a População Economicamente Ativa (ocupados e desocupados) e a População em Idade Ativa. Nos dados da PNAD trimestral é considerado como em idade ativa pessoas a partir dos 14 anos de idade.

sem considerar os demais membros da família, mas principalmente considerando nesta divisão a decisão de trabalho dos filhos jovens.

Pretendendo atender aos objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa, o arcabouço teórico do trabalho será pautado na teoria neoclássica de alocação do tempo da família, enquanto a base de dados utilizada consiste nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) e a metodologia aplicada foi um modelo logit em painel.

Além dessa introdução, o trabalho foi dividido em mais cinco seções: na seção seguinte apresenta-se uma análise sobre o modelo de produção familiar, restrições enfrentadas pela família, bem como a alocação do tempo de trabalhadores secundários no mercado de trabalho. A 3^a seção aborda brevemente o mercado de trabalho brasileiro e participação dos filhos jovens de acordo com características individuais e familiares; na 4^a seção descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, enquanto na 5^a seção apresentam-se os resultados do modelo logit em painel. Na última seção, são tecidas as considerações finais.

Modelo de produção familiar

Se em décadas anteriores as decisões de alocação do tempo dos membros da família, considerando o modelo simples³, eram bem definidas no sentido de que os homens participavam da força de trabalho e as mulheres realizavam atividades domésticas, o atual modelo de produção familiar inclui, na alocação do

tempo da família, as horas dedicadas ao trabalho não realizado no mercado, que difere do lazer: atividades domésticas em casa, estudo e trabalho voluntário, dentre outras.

Mudanças institucionais e sociais possibilitaram que a participação da mulher no mercado de trabalho aumentasse ao longo do tempo. À medida que as horas dedicadas às atividades domésticas vinham decrescendo e sua participação no mercado de trabalho aumentava, fez-se necessário considerar não somente a alocação do tempo da esposa no modelo de produção familiar, mas incluir também a alocação do tempo de outros membros da família - filhos em idade de trabalhar, por exemplo (Kaufman; Hotchkiss, 2006).

Ehrenberg e Smith (2012) argumentam que a maior alocação do tempo da esposa no mercado de trabalho, em substituição ao trabalho em casa, foi motivada pela facilidade de substituição do tempo de trabalho doméstico a partir da maior utilização de eletrodomésticos, de serviços que possibilitam maior consumo de alimentos produzidos no mercado – serviços de entrega de alimentos, restaurantes etc. – e da redução do número dos filhos. Nesse sentido, se o custo do tempo aumenta – em razão de maiores salários de mercado, por exemplo –, as pessoas não apenas substituem o tempo de trabalho doméstico por trabalho remunerado, elas substituem também as atividades que demandam mais tempo em casa, como produção e consumo de bens. Kaufman e Hotchkiss (2006) acrescentam que o aumento dos salários

³ O modelo simples de trabalho/lazer considera, basicamente, a decisão de alocação das horas entre trabalho remunerado no mercado e lazer pelo chefe de família (Kaufman; Hotchkiss, 2006).

reais, o maior nível educacional e maiores oportunidades de emprego contribuíram para consolidar a origem desse processo.

Ao mesmo tempo em que consideram a influência dos costumes quanto à alocação do tempo, Ehrenberg e Smith (2012), bem como Cahuc e Zylberberg (2004), mostram que as decisões quanto à alocação do tempo na família são tomadas em conjunto e levam em consideração: preferências dos indivíduos, a renda salarial e não salarial, e as atividades realizadas por outros membros da família. Partindo dessas considerações iniciais, Kaufman e Hotchkiss (2006) argumentam que a decisão de alocação do tempo disponível, tomada de forma conjunta pela família, envolve três possibilidades: i) trabalho remunerado; ii) trabalho não realizado no mercado – atividades em casa ou escola –; e iii) lazer.

Assim, as horas disponíveis de cada membro da família representam uma restrição de tempo enfrentada pela família. A família tem determinada quantidade de horas no dia, semana, mês, etc., e essas horas serão alocadas em cada atividade de acordo com as preferências individuais e também decisões de maximização da utilidade da família.

Alocação do tempo de trabalhadores secundários no mercado de trabalho

Considerando inicialmente que uma família hipotética é formada por marido e esposa⁴ e que esta família vivencia situações distintas, de crescimento econômico e de recessão ou depressão

econômica, as influências que essas situações provocam sobre a oferta de trabalho de outros membros da família também são diferentes. No caso de crescimento econômico, supõe-se um aumento nos salários. Isso possibilita que a renda salarial da família aumente, considerado que um dos membros exerce atividade remunerada no mercado de trabalho. No caso da recessão/depressão econômica, por outro lado, considera-se que o trabalhador de mercado da família tenha seu rendimento diminuído ou fique desempregado, podendo desencadear o efeito do trabalhador adicional, quando um membro secundário da família, em decorrência do desemprego ou da redução de salário do trabalhador principal, decide participar temporariamente da força de trabalho.

A alocação do tempo em horas de trabalho de mercado depende da eficácia do trabalho doméstico: o membro da família que não participa da força de trabalho, considerando a esposa, terá um salário de reserva que, de acordo com Kaufman e Hotchkiss (2006, p. 163) “is determined, in turn, by factors such as the preferences for work and leisure and productivity in nonmarket activities”. Portanto, para que essa esposa decida participar da força de trabalho, o salário de mercado terá de ser maior que seu salário de reserva. Quando isso acontece, ela participa da força de trabalho, pois permanecer fora do mercado implicará custos de oportunidade.

Numa situação em que a esposa já se encontra ocupada, o aumento no salário provocará o efeito substituição, com mais

⁴ Trata-se de uma suposição do modelo abstrato destinado a analisar a alocação intradomiciliar das atividades, a despeito da mudança em curso na composição dos arranjos familiares nas últimas décadas, com o aumento da participação de famílias monoparentais e de domicílios unipessoais.

horas sendo alocadas nesse trabalho, e também um efeito renda: à medida que o salário maior funciona como um incremento de renda, a esposa pode optar por reduzir as horas trabalhadas no mercado, alocando essas horas em atividades de lazer. O efeito líquido não se pode determinar a priori, pois depende da magnitude de cada efeito. Assim como um aumento do salário do marido aumenta o salário de reserva da esposa, reduzindo a probabilidade de participação dela na força de trabalho, quando a esposa decide pelo trabalho de mercado, o salário adquirido funcionará tal como uma renda não salarial para a família e poderá induzir o marido a optar por mais horas de lazer e menos horas alocadas no trabalho de mercado (Kaufman; Hotchkiss, 2006).

É importante mencionar, porém, que a decisão de participação de homens e mulheres é limitada por normas de gênero, isto é, suas preferências são endógenas e condicionadas pelos papéis de gênero, tal que:

Como o cuidado ainda é socialmente considerado um atributo feminino, as preferências das mulheres sobre o tempo dedicado ao trabalho e a família não se formam em contextos de plena liberdade, sendo influenciadas por construções culturais que orientam as funções que cabem a mulheres e homens na sociedade (Passos; Machado, 2022, p. 210).

Abordando a situação de recessão ou depressão econômica, ao considerar outra família hipotética formada por marido, esposa e filhos, caso o trabalhador principal fique desempregado, a família terá perda de renda. Com a redução na

renda da família, e considerando o lazer como sendo um bem normal, o salário de reserva da esposa diminui, e ela opta por participar da força de trabalho – caso esteja fora do mercado – como forma de complementar a renda da família. Esse efeito pode ser temporário – verificando-se o caso do efeito trabalhador adicional – e não é verificado apenas para a esposa, mas pode influenciar também outros membros, como os filhos em idade de trabalhar, a participar do mercado de trabalho. Assim, os filhos em idade de trabalhar podem entrar no mercado de trabalho, ou, caso já estejam nele, aumentar suas horas alocadas nessas atividades como forma de compensar a redução na renda da família (Kaufman; Hotchkiss, 2006; Cahuc; Zylberberg, 2004).

Variáveis que afetam a alocação do tempo dos jovens no trabalho de mercado

A demanda e a oferta de trabalho influenciam nas taxas de emprego, desemprego e participação no mercado de trabalho para a população em geral, e isso não é diferente para os jovens. Os salários – levando em consideração também as questões sociais, culturais, demográficas e institucionais, dentre outras – possibilitam aumento ou redução tanto na demanda quanto na oferta de trabalho, e são considerados também seus definidores (Junankar, 2019, p. 6).

Araújo *et al.* (2010, p. 30) chamam a atenção para o fato de que, apesar das tendências econômicas serem seguidas de perto pelo mercado de trabalho, impactando a população neste mercado, para os jovens “a intensidade ou a direção dos efeitos parece ocorrer de forma diferenciada”; uma melhora econômica é

condição necessária, mas não suficiente para que se melhorem as condições de trabalho destes jovens.

Em épocas de recessão os empresários se tornam mais seletivos na contratação, preferindo trabalhadores mais qualificados. Com isso, aumenta a dificuldade de inserção dos jovens, tornando seu emprego mais sensível ao ciclo econômico. O aumento do desemprego dos jovens não é a única consequência de uma recessão: através de uma análise da matriz de transição dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, Corseuil, Franca e Poloponsky (2021) mostram que pode haver um aumento do desalento e da precarização do emprego, refletida na queda do rendimento, no aumento da informalidade, na maior contratação em jornada parcial e do emprego em empresas formais de menor porte.

Guimarães, Brito e Comin (2020) mostram que, mesmo em contexto de crescimento econômico e aumento do emprego formal, desigualdades estruturais do mercado de trabalho são amainadas, mas não desaparecem.

A alocação do tempo da família não se limita apenas a trabalho remunerado e lazer, e/ou trabalho doméstico, diversas outras atividades são realizadas e, no caso dos filhos, considera-se também o tempo alocado nos estudos. Características individuais e familiares influem na alocação do tempo e, de acordo com o gênero, pode haver distinção nos resultados, como as características de idade dos filhos, sexo, ausência dos pais e propriedade de terra (Portner, 2016). Considerando especificamente a opção pela participação no mercado de trabalho, vale destacar algumas características

que, conforme se verifica na literatura, exercem grande influência na decisão de participação na força de trabalho pelos filhos jovens.

Inicialmente, vale destacar que a doença, ausência ou desemprego dos pais atuam no mesmo sentido sobre participação no mercado de trabalho pelos jovens, assim como quando se consideram famílias de baixa renda, nesses casos, há uma perda de renda pelas famílias. Assim, apesar de haver diferenças por gênero, e de sofrerem influências conforme as estruturas familiares, percebe-se que há um aumento da probabilidade desses filhos participarem do mercado de trabalho (Mota; Jorge; Campos, 2017; Di Maio; Nistico, 2019; Borges, 2006).

Por outro lado, melhorias salariais dos pais ou a presença de renda não salarial, como aposentadorias e pensões, assim como maior escolaridade dos pais, funcionariam como um efeito renda (Portner, 2016). Corseuil, Santos e Foguel (2001) afirmam que mais educação pode ser utilizada como uma proxy de renda permanente, dada a possibilidade de maiores gastos com escola e material escolar, e a preferência pela educação dos filhos em oposição ao trabalho de mercado.

Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014) também trazem considerações referentes à educação dos pais. Nesse sentido, quando os custos de oportunidade são altos, normalmente para jovens com mais idade, os pais acabam cobrindo esses custos para que os filhos permaneçam estudando. Adicional a isso, para Corseuil, Santos e Foguel (2001) o efeito da educação dos pais é considerado como um efeito

que transborda para a geração seguinte, possibilitando que os filhos desses filhos caminhem na mesma direção: estudem mais.

Uma variável muito discutida, relativa aos custos de oportunidade na decisão quanto à permanência na escola, é a idade (Camarano; Kanso, 2012; Cabanas; Komatsu; Menezes Filho, 2014). Quanto menor a idade, maior a alocação do tempo na escola. Jovens de mais idade, por outro lado, têm um custo de oportunidade maior e aumenta, com isso, a participação no mercado de trabalho. Assim, a idade impacta negativamente no estudo e positivamente no mercado de trabalho e no trabalho doméstico. Para Corseuil, Santos e Foguel (2001), os impactos da idade na alocação do tempo variam conforme o sexo: no caso dos meninos, há uma maior probabilidade de realizar trabalho remunerado e, considerando as meninas, aumenta a probabilidade de não trabalhar nem estudar.

Vale destacar que fatores institucionais/culturais também influenciam nas decisões de alocação do tempo dos jovens. O tamanho da família, considerando-se a presença de crianças e idosos, afeta de forma diferente as opções dos filhos entre trabalho remunerado e escola, isso de acordo com o país considerado. Passos e Machado (2022) mostram que a presença de idoso tende a reduzir a probabilidade de trabalho do jovem devido ao efeito renda, porém, idosos que demandam cuidado, provavelmente por serem mais vulneráveis, estimulam a participação no mercado de trabalho (efeito "cuidado" suplantaria o efeito renda).

Porém, mesmo ao se considerar um único país, mas incluindo na análise a área de localização do domicílio, urbana ou rural,

os efeitos podem ser diferentes quanto à alocação do tempo (Corseuil; Santos; Foguel, 2001).

É importante frisar ainda que a trajetória da escola para o mercado de trabalho não é linear: diversas trajetórias são possíveis (Guimarães; Brito; Comin, 2020), a superposição entre trabalho e estudo não é uma atividade intermediária ou de transição entre estudo e trabalho, mas uma situação que se repete na vida desses jovens; a viabilidade da conciliação de ambos depende das condições de trabalho, das tarefas domiciliares e da exigência escolar, entrelaçando a vida profissional, familiar e escolar do jovem (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Por fim, três razões contribuem para a decisão de participação: a motivação para o trabalho dos mais jovens, em geral, decorre da necessidade de contribuir para o orçamento doméstico (efeito trabalhador adicional), mas com um pouco mais de idade a aquisição de experiência para ingresso em empregos melhores ganha importância. Há também aqueles que precisam trabalhar em função de casamento/paternidade (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Metodologia

Nesta seção descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, baseados no método hipotético-dedutivo aliado a um modelo estatístico para análise empírica dos dados.

Fonte dos Dados e Amostra PNAD

A base de dados utilizada consistiu nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), divulgados trimestralmente pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 2012 a 2019, portanto desde os anos iniciais da série. Optou-se por excluir o ano de 2020 da análise devido à excepcionalidade da conjuntura provocada pela epidemia do vírus SARS-COV-2.

Na PNAD contínua, pela forma como os dados são organizados, é possível trabalhar com modelos de dados em painéis, pois além de contar com cortes transversais, verificam-se também séries de tempo. A pesquisa possui um esquema de rotação de amostra que faz com que grupos de domicílios entrem na amostra em determinado trimestre e sejam pesquisados ao longo de determinado tempo, possibilitando um acompanhamento das mesmas unidades por até um ano.

Quanto às unidades investigadas, considerando o mercado de trabalho brasileiro e problemas como as altas taxas de desemprego registradas, principalmente a partir da crise de 2014, decidiu-se pelo grupo de indivíduos que no 4º trimestre de 2019 representavam o maior número de desocupados no Brasil: os jovens com idade entre 14 e 24 anos (IBGE, 2020)⁵.

O método de amostragem adotado na PNAD, conforme se verifica em Neder (2013, p. 85), pode ser classificado como Amostragem por Conglomerado em Estágios, ou por etapas. Assim, nos dados produzidos pelo IBGE, por serem provenientes de pesquisa com

amostragem complexa, precisa-se considerar: “i.) probabilidades distintas de seleção das unidades; ii.) conglomerado das unidades; iii.) estratificação; iv.) calibração ou imputação para não-resposta e outros ajustes” (Pessoa; Silva, 2018, p. 7). Na técnica utilizada, a amostra, que é proveniente da amostra mestra⁶ do IBGE, é selecionada da população com base no último Censo Demográfico.

No presente trabalho, buscou-se não ignorar a complexidade da amostra e realizar o ajuste do plano amostral, tanto nas inferências descritivas, quanto no modelo painel logit, porém, no caso da análise de regressão, o software STATA não permite compatibilizar a declaração do plano amostral (comando svy) com o comando de regressão logística em painel; além disso, um outro empecilho é que no logit em painel os pesos precisariam ser constantes para as mesmas unidades ao longo do trimestre e assim serem considerados, o que não acontece no caso da amostra da PNAD Contínua.

Modelo Econométrico

Para a análise empírica foi utilizado o modelo de regressão logística adicionado a um estimador de dados em painel para controle de variáveis omitidas. Vale destacar, primeiramente, que a regressão logística se mostra adequada para trabalhar com dados cujos problemas envolvam a estimativa de probabilidade, como é o caso na análise da participação dos jovens no mercado de trabalho.

⁵ Não apenas neste trimestre, mas consistentemente entre 2000 e 2013, conforme apontado por análise longitudinal de 3.288 jovens realizada por Guimarães, Brito e Comin (2020). É importante mencionar que não se trata de um grupo homogêneo, podendo-se prever diferenças na inserção dos jovens de 14 a 17 anos e na dos jovens de 18 a 24 anos. Nesse sentido, analisar os grupos de forma separada pode trazer uma melhor compreensão do tema. Entretanto, por limitação de espaço tal análise não será realizada no presente trabalho.

⁶ “[...] corresponde a um conjunto de unidades de área a partir da qual é possível selecionar subamostras para atender às diversas pesquisas” (IBGE, 2015).

Quanto às variáveis independentes, as características individuais e da estrutura familiar dos jovens podem ser expressas por categorias, ou não.

No caso do uso de um painel logit, diferentemente do que acontece na regressão logit, pretende-se controlar os efeitos de fatores não observáveis, considerando que eles existem e que podem interferir nas inferências do modelo.

No presente trabalho, levando em consideração as características da amostra da PNAD Contínua, com relação à grande rotatividade de pessoas e o período de tempo relativamente curto em que cada pessoa é acompanhada, optou-se pelo uso do modelo de efeitos aleatórios. Destaca-se, com relação ao período em que as famílias/pessoas são acompanhadas, que dependendo do momento de entrada e saída dessas pessoas na amostra, esse período pode ser inferior a um ano, com isso, a maioria das variáveis utilizadas no modelo pode perder precisão nas estimativas, caso sejam estimadas pelo modelo de efeitos fixos, em razão da baixa variabilidade das características pessoais (Wooldridge, 2002).

Variáveis

Além da variável dependente y de natureza binária, farão parte do modelo adotado variáveis explicativas que podem ser tanto quantitativas quanto qualitativas. Logo, as características individuais e da estrutura familiar dos jovens podem ser expressas por categorias, ou não. Abaixo, descrevem-se as variáveis utilizadas na análise.

Yi - Variável discreta, binária, que indica a decisão de participação de filhos jovens com idade entre 14 e 24 anos em relação à

força de trabalho na semana de referência. Se no momento da entrevista o jovem declarou fazer parte da força de trabalho, o valor é 1; caso tenha declarado estar fora da força de trabalho, 0;

Xit - Sexo: variável *dummy* que assume valor 1 se for jovem do sexo masculino, 0 para sexo feminino; idade do morador na data de referência: variando de 14 a 24 anos; anos de estudo padronizado para o Ensino Fundamental de 9 anos: 0 a 16 anos; situação da região de moradia: variável *dummy* que assume valor 1 para área urbana e 0 para área rural; número de componentes do domicílio (excluindo as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico): variável categórica que vai de 1 a 11, sendo que cada número representa o número exato de moradores do domicílio, com exceção da categoria 11, que engloba 11 ou mais moradores; ausência do pai ou mãe: variável *dummy* em que ausência do pai ou mãe assume o valor 1 e 0 ao considerar-se que ambos os pais residiam no domicílio no momento da entrevista; faixa de renda familiar - somatório da renda familiar deflacionada, excluindo-se a renda dos filhos entre 14 e 24 anos, e distribuição por faixas/categorias de rendas. As classes de rendimentos foram as seguintes: 0. Renda entre 0 a $\frac{1}{2}$ Salários-Mínimos (SM); 1. mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM; 2. mais de 1 a 2 SM; 3. mais de 2 a 4 SM; 4. mais de 4 a 10 SM; 5. mais de 10 a 20 SM; e 6. mais de 20 SM. Com relação ao valor do SM considerado nas classes de rendimento, foi utilizado o salário do ano 2020 (R\$ 1.045,00); presença de idoso: 1 onde há registro de pessoas com 60 anos ou mais morando no mesmo domicílio do jovem; 0 em caso contrário; situação de ocupação

do responsável: *dummy* que considera o fato do responsável ter realizado algum trabalho na semana de referência como sendo o valor 1, e situação diferente desta como 0; anos de estudos do responsável familiar: anos de estudo padronizado para o Ensino Fundamental - sistema de 9 anos: 0 a 16 anos e região: 1. Norte; 2. Nordeste; 3. Sudeste; 4. Sul; 5. Centro-Oeste.

$$Pr(\text{decis_trabfilho}=1) = F(\beta_0 + \beta_1 \text{sexo} + \beta_2 \text{idade} + \beta_3 \text{anoest} + \beta_4 \text{sitregiao} + \beta_5 \text{compdom} + \beta_6 \text{auspaioumae} + \beta_7 \text{faixrend} + \beta_8 \text{região} + \beta_9 \text{ocupresp} + \beta_{10} \text{presidoso} + \beta_{11} \text{estudresp} + u_i + e_{it})$$

Onde $Pr(\text{decis_trabfilho})$ é a probabilidade de a variável dependente assumir o valor 1. O t representa os períodos de tempo em trimestres. Os efeitos não observados de cada pessoa i são representados pelo u_i , que pode ser entendido como uma espécie de termo de erro, porém que não varia com o tempo. No caso do e_{it} , o erro idiossincrático, este varia tanto de pessoa para pessoa quanto ao longo dos trimestres. Por fim, o $F(\cdot)$ é uma função de distribuição logística, enquanto os β são os parâmetros a serem estimados. Ao se considerar a hipótese de que não existe correlação entre as variáveis explicativas e o fator não observado do modelo, u_i , o modelo pode ser estimado por efeitos aleatórios e o u_i , juntamente com o e_{it} , passam a ser representados por v_{it} , formando assim o erro composto $v_{it} = u_i + e_{it}$.

Os sinais dos efeitos esperados das variáveis, de acordo com a literatura, são os seguintes: sexo masculino (+); maior idade (+); mais anos de estudo do filho (+); região urbana (-); maior número de componentes no domicílio (+); ausência de um dos pais no domicílio (+); maiores faixas de renda (-); ocupação do responsável (-); presença de idoso no domicílio (-); mais anos de estudo dos pais ou responsável (-).

Considerando o modelo econométrico adotado, será estimada a probabilidade de participação na força de trabalho pelos jovens, de acordo com características individuais e familiares; a estimativa da probabilidade assume o seguinte formato geral:

Evolução Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro

Na PNAD Contínua, a População em Idade Ativa (PIA) é aquela que possui idade de 14 anos ou mais, porém, nem todas as pessoas com esta idade estão participando ativamente do mercado de trabalho. Entre os anos de 2012 e 2019, o percentual médio da população brasileira considerada como economicamente ativa (PEA), seja como ocupada ou desocupada no 4º trimestre, era de 61,42%, enquanto para os jovens com idade entre 14 e 24 anos, foco desta pesquisa, a média era de 50,31% no período. Destaca-se que o menor percentual de participação no mercado de trabalho da série foi registrado em 2014, tanto para o grupo de jovens, quanto para a população brasileira, respectivamente 48,82% e 60,87%.

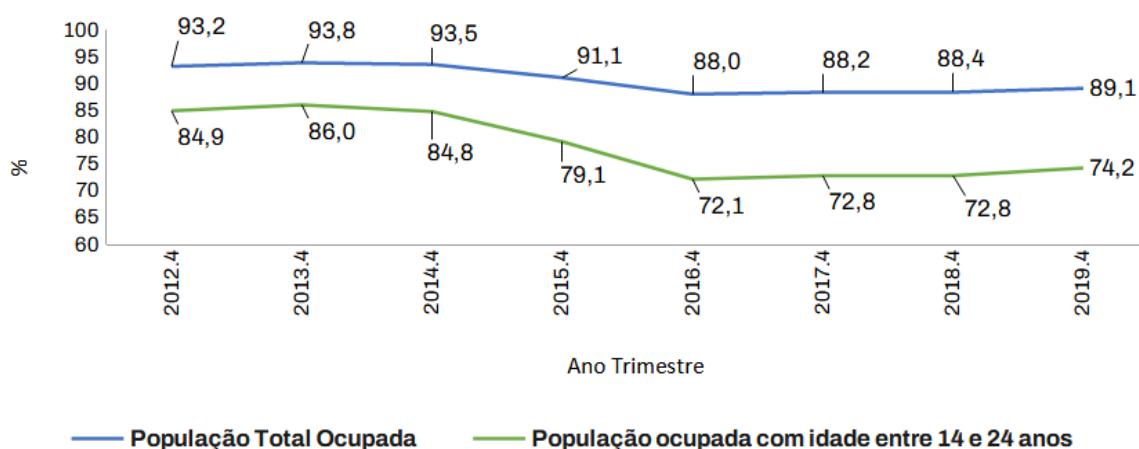
Já o percentual da população que fazia parte da PEA como ocupada pode ser verificado no Gráfico 1. Percebe-se que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho a partir de 2014 não afetaram apenas a participação na força de trabalho naquele ano, afetaram principalmente a condição de ocupação e as taxas de desemprego poderiam ser maiores não fosse a relativa estabilidade no crescimento da força de trabalho nos anos seguintes a 2015. A variação da PEA para o conjunto

da população foi de 0,6 pontos percentuais (p. p.) e para os jovens foi de -0,4 p. p., no período analisado.

No Gráfico 1 observam-se três momentos diferentes referentes ao percentual de ocupação: nos trimestres entre os anos de 2012 e 2013, há aumento nas ocupações; de 2014 a 2016, verifica-se queda, enquanto após o último trimestre de 2016 o percentual de ocupados no

mercado de trabalho brasileiro permanece com relativa estabilidade até tornar a registrar aumento, no final de 2019. Vale destacar, porém, que mesmo com aumento no percentual de ocupados de 2018 para 2019, em nenhum dos casos a ocupação alcançou os percentuais do início da série, pelo contrário, para a população em geral houve queda de 4,1 p. p., enquanto para os jovens a redução foi bem maior: 10,7 p. p.

Gráfico 1. População Ocupada (% da PEA)



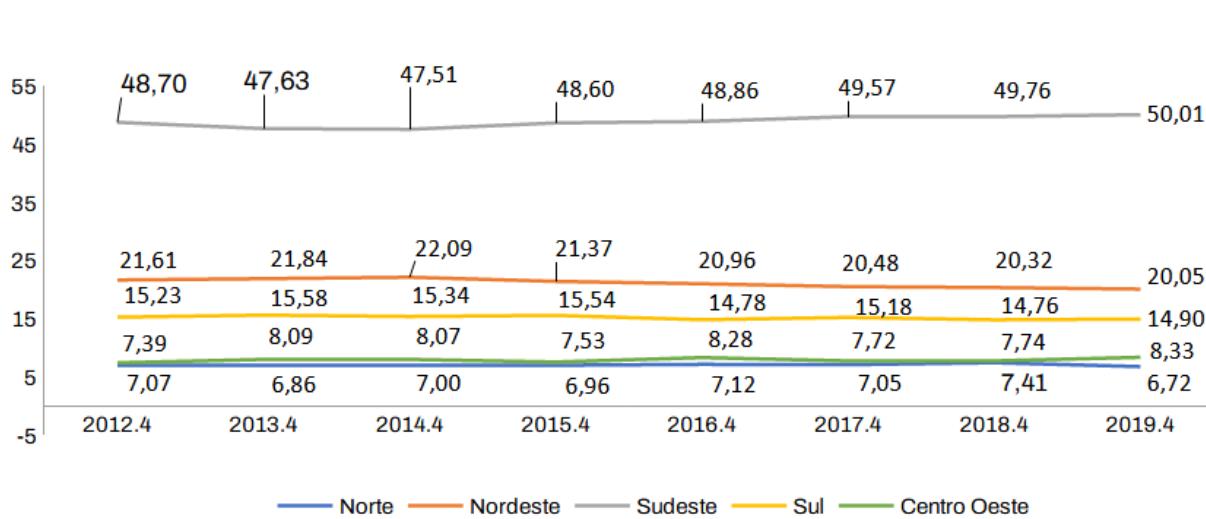
Fonte: Dados da pesquisa. PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Assim, pode-se afirmar que estes dados refletem os problemas no mercado de trabalho brasileiro a partir do final do ano de 2014 e a lenta recuperação econômica subsequente. Com relação ao grupo de jovens, percebe-se que os problemas mencionados os afetam de forma mais intensa do que vem afetando o total da população, conforme se discute em Araújo et al. (2010) e Pochmann (2007) sobre jovens e o mercado de trabalho.

Participação dos filhos jovens no mercado de trabalho

Analizando a participação na força de trabalho de filhos entre 14 e 24 anos que residem na casa dos pais, por Grande Região e por situação de moradia, urbana ou rural, percebe-se que no caso de moradores da zona urbana, as regiões Sudeste e Nordeste foram as que registraram as maiores participações no período. A região Sudeste figura em primeiro lugar, o Nordeste em segundo e, em último, a região Norte, conforme se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2. PEA por Grande Região e área urbana (%)



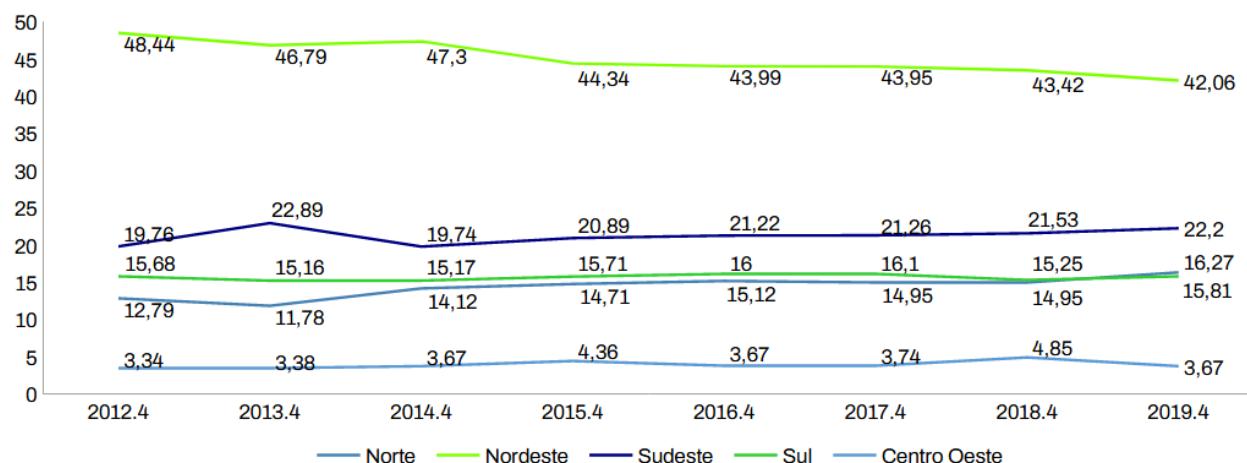
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Quando se consideram as mudanças ocorridas, principalmente com relação à crise a partir do final de 2014, verifica-se, por um lado, redução na participação dos jovens na região Nordeste, enquanto o Sudeste passa a ganhar cada vez mais incremento em sua força jovem de trabalho. As variações positivas do período foram de 1,3 p. p. e 0,9 p. p., respectivamente para as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Variações negativas foram registradas nas demais regiões: de -1,56, -0,35 e -0,33

p. p., respectivamente, para as regiões Nordeste, Norte e Sul.

No caso da participação na PEA considerando as Grandes Regiões e área rural, a ordem da análise anterior é invertida: o Nordeste apresenta a maior participação relativa na força de trabalho, ficando o Sudeste em segundo lugar, conforme se verifica no Gráfico 3. Ao longo do período, porém, esta participação do Nordeste vai variando negativamente, enquanto as regiões Sudeste, Sul e Norte vão aumentando sua participação.

Gráfico 3. PEA por Grande Região e área rural (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Se no período o Nordeste teve redução na participação dos seus jovens no mercado de trabalho de 6,38 p. p., as demais regiões tiveram aumentos respectivos de 3,48, 2,44, 0,33 e 0,13, p. p. para Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Com menor participação relativa em empregos na área rural, destaca-se a região Centro-Oeste. Conclui-se que das regiões, o Nordeste foi a que mais perdeu participação na força de trabalho, quando se considera o grupo formado por filhos jovens entre 14 e 24 anos, tanto para áreas rurais quanto urbanas; isso pode se justificar como sendo um reflexo das altas taxas de desemprego registradas no período na região (IBGE, 2020).

Verificou-se, na seção 2.2, que a renda é uma variável bastante discutida quando se analisa a alocação do tempo das famílias. Considerando a importância dessa variável, analisa-se a participação no trabalho por classes de rendimento familiar (excluída a renda do filho jovem) para o grupo formado por jovens. Agregou-se os rendimentos nas seguintes classes de salários-mínimos: 0.

Renda entre 0 a $\frac{1}{2}$ SM; 1. mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM; 2. mais de 1 a 2 SM; 3. mais de 2 a 4 SM; 4. mais de 4 a 10 SM; 5. mais de 10 a 20 SM; e 6. mais de 20 SM. Com relação ao valor do SM considerado nas classes de rendimento, foi utilizado o salário do ano 2020 (R\$ 1.045,00).

Assim, na Tabela 1 verifica-se que a maior participação no trabalho por faixa de rendimento familiar está concentrada nas faixas 0, 2 e 3. Percebe-se também que pessoas nas classes de renda familiar que vai de 0 a 3 (até 4 SM) responderam, em média no período, por 83,98% da participação na força de trabalho. Considerando o início e o fim da série, porém, percebe-se que houve uma queda na participação na PEA de 0,73 p. p. para jovens nessas faixas de rendimentos, apesar das faixas 0, 2 e 3 terem aumentado sua participação com relação ao que era registrado em 2012. Portanto, a variação negativa na PEA da faixa de renda 1 contribui para a variação geral das faixas de 0 a 3 ser negativa.

Tabela 1. PEA por faixa de renda familiar (%)

Faixa renda	0	1	2	3	4	5	6
2012.4	24,53	14,28	22,57	22,97	12,89	2,02	0,75
2013.4	23,32	13,79	22,00	24,32	13,59	2,19	0,78
2014.4	21,35	12,68	24,96	24,83	12,90	2,58	0,71
2015.4	23,39	13,37	23,20	24,28	13,03	2,08	0,75
2016.4	25,19	13,79	23,28	23,02	11,89	1,99	0,87
2017.4	24,44	12,29	23,71	23,60	12,56	2,37	1,02
2018.4	25,05	11,90	22,74	23,53	13,43	2,41	0,93
2019.4	25,10	12,45	22,80	23,27	13,69	2,00	0,69

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Quanto às demais faixas de renda, que concentram famílias com rendimentos maiores que 4 SM, apesar da relativa estabilidade na participação no mercado de trabalho, ao longo do período a variação na participação das faixas de renda entre 4 e 6 foi positiva, sustentada principalmente pelos jovens da classe de renda n.º 4. Destaca-se que jovens nesta classe de rendimento superaram o percentual total de participação da classe de renda n.º 1 a partir de 2014, mas se consolidou como 4º maior em participação na força de trabalho somente a partir de 2017. Conclui-se que

a maior variação negativa do período foi registrada para a faixa de renda 1, redução de 1,83 p. p., enquanto a maior variação positiva registrada foi verificada na faixa de renda 4, de 0,8 p. p.

Com relação à escolaridade e à participação na força de trabalho, na Tabela 2 destaca-se que em até 9 anos de estudo completos há uma tendência de decréscimo na participação no mercado de trabalho pelos filhos, enquanto a partir dos 12 anos completos, verifica-se um ganho de participação ao longo do tempo.

Tabela 2. PEA por ano de estudo para fundamental de 9 anos (%)

Anos de estudo	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
2012.4	0,45	0,87	0,38	0,65	1,21	2,26	3,77	3,83	5,73	11,88	8,13	8,89	36,59	4,16	3,65	2,97	4,59
2013.4	0,52	0,87	0,26	0,50	1,00	2,01	3,29	3,79	5,16	11,65	9,06	8,42	37,79	4,75	3,63	3,07	4,23
2014.4	0,44	0,73	0,26	0,53	0,90	2,01	2,97	3,40	5,03	11,44	8,79	8,31	38,51	5,30	3,97	2,95	4,45
2015.4	0,58	0,83	0,36	0,46	0,70	1,69	2,79	3,61	4,96	10,30	8,98	8,98	38,22	5,91	4,03	3,01	4,59
2016.4	0,49	0,55	0,18	0,34	0,65	1,63	2,60	3,19	4,41	9,39	8,99	9,46	40,00	5,83	3,94	3,41	4,93
2017.4	0,32	0,33	0,21	0,27	0,52	1,32	2,11	3,09	5,11	9,53	8,61	8,83	40,58	5,64	4,46	3,60	5,47
2018.4	0,21	0,13	0,18	0,16	0,37	1,34	1,98	3,01	4,99	8,71	8,77	8,96	40,57	6,30	4,60	4,00	5,71
2019.4	0,24	0,16	0,12	0,21	0,39	1,17	1,74	2,65	4,65	8,14	8,31	8,48	42,64	6,19	5,05	3,72	6,15

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Percebe-se, no entanto, que a escolaridade com maior participação no mercado de trabalho, pelos filhos, foi o ano de conclusão do Ensino Médio (12 anos completos de estudo) inclusive com variação positiva ao longo dos anos. Com relação aos jovens com ensino superior completo, 16 anos ou mais de estudo, estes aumentam sua participação a partir de 2014, alcançando, assim, 6,15% do total da PEA em 2019 – variação positiva de 1,56 p. p., mas, em ordem geral de participação,

terminam em 6º lugar. As maiores variações positivas, considerando o início e o fim do período, foram de jovens com 12 e 13 anos de estudo completos, respectivamente 6,05 e 2,03 p. p., enquanto pelo lado negativo têm-se jovens com 9 e 6 anos de estudo completos, respectivamente redução de 3,74 e 2,03 p. p.

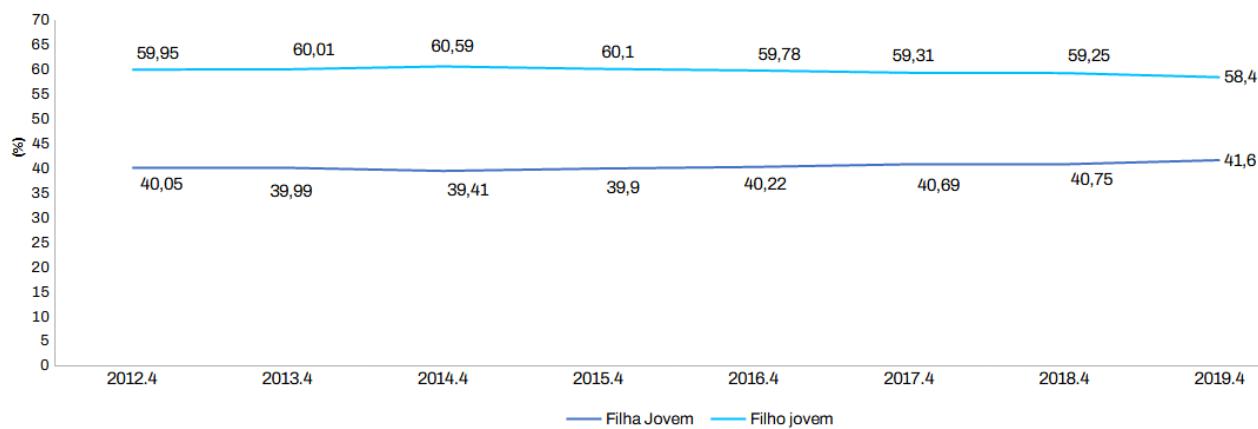
Ressalta-se que para até 9 anos de estudo completo as variações na PEA para estes jovens foram todas negativas, enquanto para jovens com escolaridade

acima de 10 anos completos de estudo houve variações positivas, à exceção de 11 anos completos de estudo que registrou -0,4 p. p. Isso pode indicar que, com a crise, os jovens que mais deixaram de participar do mercado de trabalho foram aqueles com menor escolaridade e/ou que a escolaridade dos jovens vem aumentando.

Com relação ao gênero dos que fizeram parte da PEA dos anos 2012 a 2019,

os dados da PNAD mostram que, para a população em geral, normalmente a participação dos homens no mercado de trabalho é maior do que para as mulheres. No caso dos filhos jovens, a situação não se mostrou diferente: permanecem os homens com as maiores participações relativas no mercado de trabalho, conforme se verifica no Gráfico 4.

Gráfico 4. Taxa de Participação na PEA por gênero (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Percebe-se que a partir do final de 2014, enquanto cai a participação do filho jovem, aumenta a participação na PEA pela filha. Isto pode significar um efeito trabalhador adicional, onde com a perda de participação dos principais provedores da família, que em épocas passadas normalmente eram representados por homens, entram no mercado de trabalho os chamados trabalhadores secundários, neste caso em especial, as filhas poderiam estar desempenhando este papel. Apesar das variações e aumento de participação relativa das filhas jovens no mercado de trabalho, é dos filhos meninos a maior

propensão à participação na PEA, o que se confirma nos dados em que a diferença média de participação entre filhos e filhas é de aproximadamente 20 p. p. No entanto, essa diferença vai sendo reduzida gradativamente a partir de 2014, quando era de 21,2 p. p., caindo para 16,8 p. p. em 2019.

Por fim, vale analisar algumas características familiares como, por exemplo, o número de componentes da família e a ausência de um dos pais no domicílio. Observando primeiramente a participação no mercado de trabalho por componentes no domicílio, verifica-

se que os maiores percentuais da PEA para os jovens estão em famílias de 3 a 5 componentes, porém, ao longo do tempo, a participação tem crescido em famílias com até 4 componentes e reduzido para famílias com número maior de componentes no domicílio.

Em 2012, a participação no mercado de trabalho de jovens do sexo masculino em famílias de 2 até 4 componentes no domicílio era de 58,73%. No último ano analisado, a participação desses jovens de família de até 4 componentes alcança 66,76%, variação de 8,03 p. p. No caso das mulheres, a situação é parecida: representava 58,82% no ano 2012 para famílias entre 2 e 4 componentes, enquanto em 2019 o percentual alcançado é de 67,32%, aumento em pontos percentuais de 8,5.

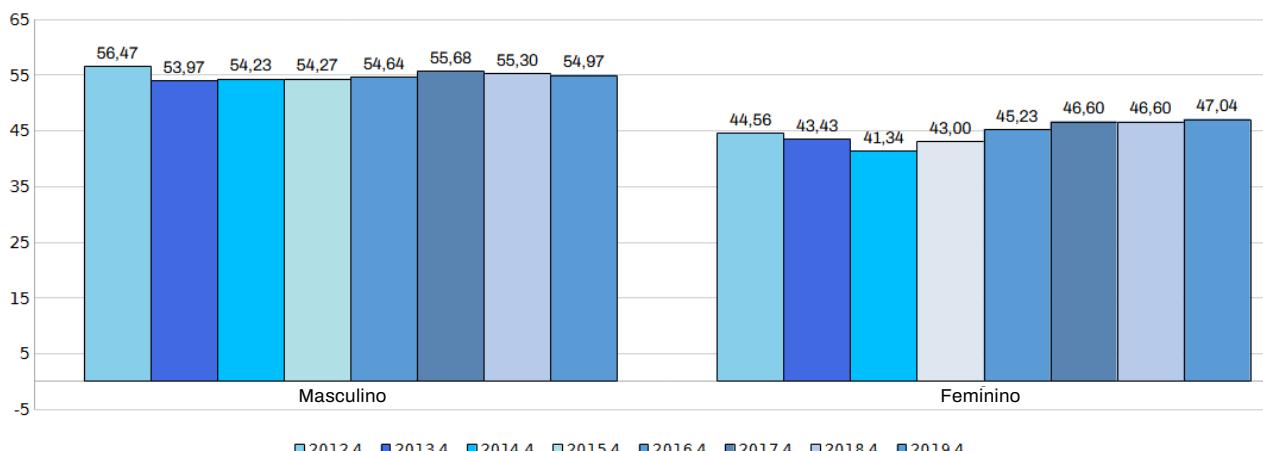
Assim, ao analisar a PEA de acordo com o tamanho da família, percebe-se que há uma tendência de aumento na participação dos jovens de famílias menores no mercado de trabalho, o que se verifica desde 2012. Para as famílias com 5 componentes ou mais, acontece o oposto: a tendência nos anos iniciais da série era de redução na participação relativa, que muda para variação positiva a partir de 2014 até 2016 – com exceções –, mas na maioria dos casos torna a apresentar reduções no seu percentual a partir do último trimestre de 2016.

Por fim, quanto à influência que a ausência do pai ou da mãe exerce na decisão de trabalho pelos filhos jovens, nota-se que não ter pai ou mãe morando no domicílio implica em menor participação na força de trabalho de filhas jovens, em comparação

com filhas que residem com ambos os pais. A média percentual de participação na PEA para meninos onde se verificava ausência de um dos pais foi de 54,94% no período, enquanto para as meninas essa média foi de 44,73%. Vale destacar que esta tendência maior do trabalho pelos filhos homens com pai ou mãe ausente em comparação aos filhos em que ambos os pais estão presentes corrobora o que consta em Portner (2016) e Mota, Jorge e Campos (2017). Considerando os percentuais registrados em 2012 e 2019, a variação para a participação na PEA de meninos com pai ou mãe ausente no domicílio foi de -1,5 p. p. No caso das meninas, a variação registrada no mesmo período foi positiva em 2,48 p. p., no entanto, a tendência era de redução na PEA até 2014, assim a mudança para variação positiva a partir daí pode ter sido reflexo da crise, que levou ao aumento da participação dessas meninas no mercado de trabalho.

Vale destacar que esta tendência maior do trabalho pelos filhos homens com pai ou mãe ausente em comparação aos filhos em que ambos os pais estão presentes corrobora o que consta em Portner (2016) e Mota, Jorge e Campos (2017). Considerando os percentuais registrados em 2012 e 2019, a variação para a participação na PEA de meninos com pai ou mãe ausente no domicílio foi de -1,5 p. p. No caso das meninas, a variação registrada no mesmo período foi positiva em 2,48 p. p., no entanto, a tendência era de redução na PEA até 2014, assim a mudança para variação positiva a partir daí pode ter sido reflexo da crise, que levou ao aumento da participação dessas meninas no mercado de trabalho.

Gráfico 5. PEA por gênero, considerando a ausência de um dos pais (%)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Considerando os percentuais registrados em 2012 e 2019, a variação para a participação na PEA de meninos com pai ou mãe ausente no domicílio foi de -1,5 p. p. No caso das meninas, a variação registrada no mesmo período foi positiva em 2,48 p. p., no entanto, a tendência era de redução na PEA até 2014, assim a mudança para variação positiva a partir daí pode ter sido reflexo da crise, que levou ao aumento da participação dessas meninas no mercado de trabalho.

Análise dos Resultados

Os resultados apresentados aqui, referentes ao modelo de efeitos aleatórios, contaram com um total de 2.184.407 observações subdivididas em 666.034 grupos de pessoas, acompanhadas por uma média de 3,3 trimestres. São apresentados na Tabela 3 os efeitos marginais médios das variáveis, o que possibilita discutir o quanto cada variável contribui para a decisão de participação na força de trabalho pelo filho jovem.

Com relação aos efeitos marginais observados na Tabela 3, todos foram estatisticamente significativos. Quanto aos sinais destes efeitos, obteve-se o que era esperado na literatura – exceção à ocupação do responsável. Variáveis como idade e anos de estudo, à medida que vão aumentando, aumentam também os efeitos marginais sobre a probabilidade de o jovem brasileiro optar pela participação no mercado de trabalho.

Além disso, morar num domicílio cujo número de componentes é maior em comparação com apenas dois, ser do sexo masculino, não ter um dos pais presentes no domicílio, ser das regiões Sudeste, Sul ou Centro-Oeste, em comparação com a região Norte, e residir em domicílio cuja renda familiar seja de até 2 SM, em comparação com faixas de rendas maiores, bem como o responsável familiar ter executado algum trabalho na semana de referência, contribuem para estimular a decisão de participação de trabalho pelos filhos na faixa de idade entre 14 e 24 anos, em

comparação a filhos cujas características individuais e familiares sejam diferentes das que foram apresentadas.

Quanto aos maiores efeitos marginais médios, verifica-se que ser do sexo masculino aumenta em 16,3% a probabilidade de participação na força de trabalho, bem como residir na região Sul, que apresenta aumento sobre a probabilidade de participação da PEA em 15,2% em relação à região Norte.

As maiores contribuições negativas vieram da renda: pertencer às faixas 5 e 6 pode reduzir a probabilidade em, respectivamente, 12,2% e 17,2% com relação à faixa de renda 0.

Aumento na idade do jovem contribui com efeito positivo sobre a probabilidade de trabalho em 7,8%. No caso dos anos de estudo do filho, o efeito foi de 1,9%: a cada ano de estudo haverá aumento na probabilidade de participar do mercado de

TABELA 3. Efeitos marginais médios considerando o modelo de efeitos aleatórios⁷

Average marginal effects Expression: Pr (decis_trabfilho=1 assuming u_i=0), predict(pu0)					Number of obs = 2,184,407
	Delta-method				
	dy/dx	Std. Err.	Z	P> z	[95% Conf. Interval]
Idade	.0780754	.0001186	658.43	0.000	.077843 .0783078
compon_dom					
3	.0045458	.0022201	2.05	0.041	.0001945 .0088971
4	.0119197	.0022483	5.30	0.000	.007513 .0163263
5	.0255706	.0023372	10.94	0.000	.0209897 .0301515
6	.0317244	.0025239	12.57	0.000	.0267777 .0366712
7	.0358290	.0028329	12.65	0.000	.0302766 .0413813
8	.0393347	.0032795	11.99	0.000	.0329071 .0457624
9	.0402716	.0039444	10.21	0.000	.0325408 .0480024
10	.0431842	.0050143	8.61	0.000	.0333564 .0530121
11	.0515829	.0050885	10.14	0.000	.0416095 .0615562
anos_est	.0195043	.0001810	107.76	0.000	.0191495 .019859
1.sexo	.1629709	.0010748	151.62	0.000	.1608643 .1650776
1.sit_regiao	-.0086494	.0012914	-6.70	0.000	-.0111804 -.0061183
1.aus_paioumae	.0453581	.0011764	38.56	0.000	.0430524.0476637
Regiao					
2	-.0335346	.0015801	-21.22	0.000	-.0366316-.0304376
3	.0789153	.0017453	45.22	0.000	.0754946.082336
4	.1518748	.0019765	76.84	0.000	.1480009 .1557487
5	.0847864	.0022338	37.96	0.000	.0804082 .0891646
faix_rend					
1	.0023990	.0012079	1.99	0.047	.0000316 .0047665
2	.0036857	.0012510	2.95	0.003	.0012337 .0061376
3	-.0056422	.0014270	-3.95	0.000	-.0084389-.0028454
4	-.0442273	.0017176	-25.75	0.000	-.0475937 -.0408609
5	-.1218914	.0026924	-45.27	0.000	-.1271684 -.1166144
6	-.1718822	.0039947	-43.03	0.000	-.1797115 -.1640528
1.ocup_resp	.0549234	.0009490	57.87	0.000	.0530633 .0567835
estud_resp	-.0100072	.0001203	-83.20	0.000	-.0102429 -.0097714
1.pres_idoso	-.0424439	.0017390	24.41	0.000	-.0458523 -.0390354

Fonte: Elaboração própria.

⁷ Ao incluir dummies de tempo no modelo, considerando o primeiro trimestre do ano 2012 como o trimestre de referência, os efeitos das variáveis permaneceram praticamente os mesmos, com os mesmos sinais e significâncias. Com relação ao efeito das dummies para controle do fator tempo, o 2º trimestre do ano 2012 apresentou efeito médio positivo de 0,7%, enquanto os efeitos dos trimestres 3 e 4 do mesmo ano não foram significativos. Os efeitos dos demais trimestres, anos 2013 a 2019, com relação ao trimestre base, foram todos negativos.

trabalho. Ao analisar os anos de estudo do responsável familiar, conforme previsto na teoria, esta é uma variável que funciona como uma proxy de renda permanente da família e contribui reduzindo a probabilidade de participação do filho na força de trabalho, no caso, o efeito foi de -1%.

Os resultados do modelo, corroborando o abordado na seção 4.1, mostram que para os jovens brasileiros o tema trabalho é de grande relevância. Nesse sentido, o tema não é dominado exclusivamente por valores éticos, mas principalmente pelos problemas que advêm do não trabalhar: muito mais do que um valor a cultivar, diz respeito às demandas a serem satisfeitas. Assim, não surpreende o maior interesse por trabalho daqueles nas menores faixas de renda, ou jovens com mais idade, principalmente os meninos. Quando se fala em salários para maioria dos jovens, isso não implica necessariamente em atendimento ao próprio consumo, pois muitos dos jovens brasileiros são coproveedores, contribuindo para sustento da família ou do grupo de residência. Logo, são vários os sentidos do trabalho na vida cotidiana desses jovens (Guimarães, 2004).

Com relação às variáveis que contribuem para que a participação na força de trabalho pelo filho jovem seja adiada – efeito marginal médio negativo sobre a probabilidade de participação – verifica-se que residir em área urbana em comparação com área rural, estar nas faixas de renda de 3 a 6 (acima de 2 salários-mínimos), ser da região Nordeste, contar com a presença de idoso no domicílio ou maior escolaridade do responsável familiar contribuem reduzindo esta probabilidade.

Para Castro (2005), o trabalho dos jovens residentes em áreas rurais tem como principais motivações a questão cultural de trabalhar desde cedo, passada, muitas vezes, de pai para filho. Contudo, o trabalho pode ser influenciado também como forma de complemento de renda familiar, no caso

de trabalho externo ao realizado pelos familiares, ou ainda como forma de ganhar autonomia frente à família, principalmente no que diz respeito à autoridade paterna.

Com relação à presença de idoso no domicílio, em Corseuil, Santos e Foguel (2001) esta é uma variável que sofre influência de fatores culturais e/ou institucionais, assim, dependendo do país ou região de moradia, o efeito sobre a probabilidade de participação na força de trabalho pelo filho pode ser diferente. Verifica-se na Tabela 3 que a presença de idoso no domicílio reduz a probabilidade de participação na PEA em 4,2%, o que era esperado considerando o estudo de Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014), ao afirmar que a presença do idoso normalmente implica na obtenção de renda (aposentadoria), o que também contribui para a menor participação do jovem na força de trabalho.

Diferente do que se esperava quanto ao sinal do efeito marginal médio da ocupação do responsável, verifica-se que o efeito marginal foi positivo, ou seja, o pai/mãe responsável familiar que declarou ter trabalhado ou estava ocupado no período da entrevista influenciava positivamente na participação na força de trabalho pelo filho, efeito de 5,4% sobre a probabilidade do filho também se encontrar trabalhando, se comparado a filhos jovens de responsáveis familiares desocupados ou que não realizaram qualquer tipo de trabalho na semana de referência da entrevista. Neste sentido, depreende-se que o efeito trabalhador adicional nestas famílias vem como uma forma de ajudar no orçamento familiar em momentos de dificuldade, não necessariamente tornando o filho o principal provedor.

Analizando o número de componentes no domicílio, verifica-se que de 2 para 3 componentes e de 2 para 4 componentes a contribuição é pequena. Da categoria base para o 5º componente, porém, já há um aumento aproximado de 2,6%.

Nas demais categorias, as diferenças são pequenas de uma categoria para outra, mas vão aumentando com relação à categoria base até superar os 5% de aumento na probabilidade de participação do jovem nos domicílios com onze ou mais componentes.

Autores como Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014), ao falarem sobre tamanho da família, ponderam que a idade dos familiares tem relevância, pois quanto maior o número de irmãos menores, que poderia se relacionar ao número de crianças no domicílio, maior a possibilidade de trabalho pelos irmãos mais velhos para que os mais novos estudem. Assim, a presença de crianças impacta negativamente na decisão de estudo e aumenta a probabilidade de participação no mercado de trabalho. Porém, conforme aumenta o número de crianças, isso pode implicar no envolvimento maior dos jovens nas tarefas de cuidados dessas crianças.

Considerando as Grandes Regiões, destaca-se a região Nordeste como a única, em comparação com a região Norte, que contribui com efeitos marginais médios negativos sobre a probabilidade de participação dos jovens do mercado de trabalho. Enquanto as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste acrescentaram, respectivamente, 7,8%, 15,1% e 8,4%, na região Nordeste o efeito marginal médio foi de -3,3%. Conforme mostrado na seção quatro, o Nordeste vem perdendo participação dos jovens no mercado de trabalho tanto em área urbana quanto rural, mas não necessariamente isto implica que os jovens dessa região melhoraram suas condições familiares, como a renda por exemplo.

Por sinal, no caso das faixas de renda observa-se que as contribuições como efeitos marginais médios positivos acontecem até a faixa 2, sendo que com relação à faixa de renda 0 as faixas 1 e 2 contribuem com praticamente o mesmo percentual de

efeito, enquanto a faixa de renda de número 3 contribui para reduzir a participação na força de trabalho em 0,56%. Por estas primeiras faixas já é perceptível que à medida que a renda aumenta, este jovem tende a optar menos pela participação no mercado de trabalho, o que é confirmado ao analisar as demais faixas de renda, nas quais quanto mais distante fica da faixa de renda base, maior é a redução no efeito médio sobre a probabilidade. No caso, para as faixas de renda de 4 a 6, os efeitos foram de, respectivamente, -4,4%, -12,1% e -17,1%, este último para jovens em famílias com renda superior a 20 SM.

Conforme mencionado na seção 4.1, com a crise no Brasil a partir de 2014 o país vem registrando aumento no número de desemprego. Kaufman e Hotchkiss (2006) abordam que em momentos de dificuldades no mercado de trabalho, as famílias são afetadas pelo desemprego de seus trabalhadores principais, ou precarizações, que ao mesmo tempo em que provoca aumento da busca de emprego pelos jovens, como forma de complementar a renda familiar, traz também o efeito desalento. Nesta situação, o efeito desalento pode se sobrepor ao efeito trabalhador adicional, reduzindo o número de pessoas da PEA.

Destaca-se ainda que, desde a crise, a região Nordeste vem perdendo participação dos jovens no mercado de trabalho. Se por um lado, com a crise, houve a necessidade da maior participação do jovem no mercado de trabalho, as maiores taxas de desemprego desses jovens da região Nordeste, comparado com a população, podem ter contribuído para a decisão de saída da PEA, aumentando o número de desalentados.

Para Guimarães (2004), desde o final da década de 1970 o emprego juvenil no Brasil é marcado por intensa transição ocupacional entre empregado, desempregado ou procurando emprego, mas tendendo a diminuir a rotatividade com o aumento da

idade desses jovens. A autora chama a atenção para o que ela intitula “juventude trabalhadora brasileira”, que tem sua inserção no mercado de trabalho iniciada ainda na infância, enquanto somente pequena parte espera completar a escala da maioridade para o ingresso.

A centralidade do trabalho ou falta dele enquanto necessidade evidencia como o desemprego ganha relevância nas expectativas dos jovens brasileiros: é visto como um problema pelos jovens independente da situação no mercado de trabalho, se empregado ou não. No caso dos jovens adultos, entre 18 e 25 anos, estes são os mais afetados pela deterioração das condições de trabalho, principalmente quando possuem baixos níveis educacionais. As dificuldades desses jovens ao constituírem famílias se tornam ainda maiores, formam o que se conhece por bolsões de pobreza e miséria (Guimarães, 2004).

Diante do exposto, vale destacar que postergar a entrada no mercado de trabalho pode ser visto não apenas como uma escolha individual, mas como resultado do conjunto de variáveis consideradas no modelo, que podem afetar de forma ampla as possibilidades de inserção dos jovens. Essa análise não se limita a variáveis de classe social ou condições econômicas, mas também considera as transformações no próprio conceito de trabalho e emprego, conforme destacado por País (2016) e Corseuil, Franca e Poloponsky (2021).

Por fim, as maiores contribuições, tanto positivas quanto negativas para decisão de participação no mercado de trabalho

vieram de variáveis como sexo, regiões e faixas de renda. São características diferentes: uma individual, uma familiar e uma característica regional, porém que se somam para influenciar na decisão de participação na PEA pelo jovem, ou seja, na intenção de trabalhar. Verifica-se, com isso, que não se pode afirmar que uma ou outra característica exerce sozinha a maior parte da influência nesta decisão, que acaba sendo afetada por uma multiplicidade de fatores.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar a evolução da participação dos filhos jovens com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, considerando para isso características individuais e interações familiares. Com este objetivo buscouse responder ao seguinte problema de pesquisa: como as interações familiares e os problemas no mercado de trabalho brasileiro vêm afetando as decisões de participação dos jovens de idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho? Testaram-se as seguintes hipóteses: i) Em decorrência do aumento no desemprego, com a consequente dificuldade de absorção da força de trabalho dos jovens, a decisão de participação e o nível de ocupação dos filhos no mercado de trabalho vêm caindo no período que compreende os anos de 2012 a 2019; ii) Considerando a estrutura familiar, grande parte da decisão de participar da PEA pelos jovens advém das interações familiares incluindo aí o tamanho da família, no caso, menor participação dos filhos no

mercado de trabalho, à medida que as famílias são menores e não conseguem montar estratégias defensivas quando há problemas no mercado de trabalho.

Com relação à primeira hipótese, verificou-se de fato uma menor participação no mercado de trabalho e queda na ocupação dos jovens, mas não somente isso: houve variação na participação para a maioria das variáveis analisadas e na maioria dos casos as mudanças, principalmente a partir de 2014, foram provocadas pela crise. No caso da segunda hipótese, apesar de não ser possível afirmar que algumas características, de forma isolada, definem a participação do jovem no mercado de trabalho, nota-se que o aumento no número de componentes do domicílio aumenta a probabilidade de participação do jovem no mercado de trabalho. O que corrobora com o que é apresentado na segunda hipótese.

Ao analisar os resultados da Tabela 3, à exceção da ocupação do responsável familiar, todas as demais variáveis apresentaram os sinais esperados. Assim, idade, anos de estudo, maior número de componentes no domicílio, ser do sexo masculino, ausência de um dos pais, ser morador das regiões Sul, Sudeste ou Centro-Oeste ou residir em domicílio com renda de até 2 SM, contribuem para aumentar a participação no mercado de trabalho pelos jovens. Por outro lado, residir em área urbana, na região Nordeste, ter renda familiar de mais de 2 SM, contar com a presença de idoso ou aumento de anos de estudo do responsável familiar

contribuem com redução na probabilidade de participação do filho na força de trabalho.

As maiores contribuições vieram de renda, sexo e região: verificou-se que sexo masculino e região Sul contribuíram respectivamente com 16,2% e 15,1% de aumento na probabilidade de participação na força de trabalho pelo jovem, enquanto as duas maiores faixas de rendimentos contribuíram de forma a reduzir essa probabilidade em, respectivamente, -12,1% e -17,1%.

No caso da ocupação do responsável, verifica-se que o efeito marginal foi positivo, ou seja, o pai/mãe responsável familiar que declarou ter trabalhado ou estava ocupado no período da entrevista influenciava positivamente na participação na força de trabalho pelo filho, efeito de 5,4% sobre a probabilidade do filho também se encontrar trabalhando, se comparado a filhos jovens de responsáveis familiares que estavam desocupados ou não realizaram qualquer tipo de trabalho na semana de referência da entrevista. Neste sentido, depreende-se que o efeito trabalhador adicional nestas famílias vem como uma forma de ajudar no orçamento em momentos de dificuldade, mas não necessariamente tornando o filho o principal provedor da família.

Uma lacuna verificada neste estudo, no intuito de qualificar futuras pesquisas, é considerar o plano amostral da PNADC, que não foi considerado no caso da análise do painel logit. Como contribuição deste trabalho, destaca-se a utilização do modelo logit em painel

tendo como base a divisão intradomiciliar do trabalho não apenas de famílias formadas por cônjuges, sem considerar os demais membros, mas principalmente considerando nesta divisão a decisão de trabalho dos filhos jovens.

Tópicos não tratados no presente trabalho em razão da limitação de espaço surgem como caminhos profícuos para pesquisas futuras, tais como a análise sobre a participação dos filhos jovens no

mercado de trabalho conforme os tipos de arranjos familiares e não apenas pelo tamanho da família, dada a mudança em curso na composição dos arranjos familiares nas últimas décadas, bem como a realização de análises separadas para as faixas etárias de 14 a 17 anos e de 18 a 24 anos, já que a trajetória de inserção no mercado de trabalho não é idêntica para estes grupos.



Referências

Abramo, H. W.; Venturi, G.; Corrochano, M. C. (2020). Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo para uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos Estudos CEBRAP*, 39, 523-542. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>.

Araújo, E. C.; Garcia, M. F.; Faustino, I. A.; Araújo, E. L. (2010). A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego -1999-2009. *Revista Economia & Tecnologia*, 6, 29-39. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26901/17931>. Acesso em jul. de 2020.

Borges, A. (2006). Desemprego e precarização em Regiões Metropolitanas: um olhar a partir das famílias. *Parcerias Estratégicas* (Edição Especial), 22, 145-167. Disponível em http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/273. Acesso em maio de 2020.

Cabanas, P.; Komatsu, B. K.; Menezes Filho, N. A. (2014). Crescimento da renda

e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho. In: Encontro Nacional de Economia da Anpec, 42, Natal, 2014. *Anais* [...]. Natal: ANPEC, s/p. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i13-ba9afad4eceb6713f8315ba553c3370a.pdf. Acesso em maio 2020.

Cahuc, P.; Zylberberg, A. (2004). *Labor Economics*. Cambridge. MIT Press.

Camarano, A. A.; Kanso, S. (2012). O que estão fazendo os Jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? *Repositório Mercado de Trabalho conjuntura e análise (IPEA)*, 53: 37-44. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3855/1/bmt53_nt03_jovens.pdf. Acesso em maio de 2020.

Castro, E. G. (2005). *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa.

Corseuil, C. H. L.; Franca, M. P.; Poloponsky, K. (2021). A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos Estudos CEBRAP*,

39, 501–520. Disponível em <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030003>.

Corseuil, C. H.; Santos, D. D.; Foguel, M. N. (2001). Decisões Críticas em Idades Críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. *Texto para Discussão IPEA*, 797: 1-46. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4029. Acesso em maio de 2020.

Di Maio, M.; Nistico, R. (2019). The Effect of Parental Job Loss on Child School Dropout: Evidence from the Occupied Palestinian Territories. *Journal of Development Economics*, 141 (102375), 1-61. Disponível em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3354019>.

Ehrenberg, R. G.; Smith, R. (2012). *Modern labor economics: theory and public policy*. 11. ed. New York, Addison Wesley Longman.

Guimarães, N. (2004). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (org.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo.

Guimarães, N. A.; Brito, M. M. A.; Comin, A. A. (2020). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos Estudos CEBRAP*, 39, 475-498. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). *Nota Técnica: Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua*. Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em nov. 2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *SIDRA*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/PNADC/Tct/tabelas>. Acesso em maio de 2020.

Junankar, P. N. (R.). (2019). Youth Labour Markets in Developing and Developed Countries: The Role of the Sectoral Composition of Production. Institute of Labor Economics (IZA) Discussion Paper, 12256, 1-37. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3390246>.

Kaufman, B.; Hotchkiss, J. (2006). *The Economics of Labor Markets*. 7^a ed. Mason, Thomson South-Western.

Montali, L. (2017). Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares. In: E. T. Leone, J. D. Krein, M. O. Teixeira (org.), *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo, Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; IE Unicamp.

Mota, T. S.; Jorge, M. A.; Campos, C. S. S. (2017). Uma Análise dos Determinantes do Trabalho de Crianças e Adolescentes nos Estados de Sergipe e Santa Catarina. *Revista da ABET*, 16, 100-118. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2017v16n2.37800>.

Neder, H. D. (2013). *Análise de Indicadores Sociais Utilizando o STATA*. Uberlândia, Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em http://www.ecn26.ie.ufu.br/TEXTOS_ESTATISTICA/ANALISE_POLITICAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em out. 2020.

Novella, R.; Repetto, A.; Robino, C.; Rucci, G. (2018). Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar? (Sumário executivo). *Revista Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB)*. DOI: <http://dx.doi.org/10.18235/0001411>. Acesso em maio de 2020.

Pais, J. M. (2016). *Ganchos, Tachos e Biscates*. Rio de Janeiro: Edições Machado, v. 4.

Passos, L.; Machado, D. (2022). Determinantes do trabalho produtivo no Brasil: as normas de gênero e a decisão intrafamiliar. *Economia e Sociedade*, 31, 203–227. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art10>.

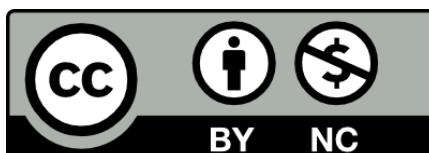
Pessoa, D.; Silva, P. N. (2018). Análise de Dados Amostrais Complexos. São Paulo, Associação Brasileira de Estatística (ABE). Disponível em <https://djalmapessoa.github.io/adac/bookdown-adac.pdf>. Acesso em out. 2020.

Pochmann, M. (2007). *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos*. São Paulo: IE-UNICAMP. Disponível em <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/situac3a7c3a3o-do-jovem-no-mercado-de-trabalho-marcio-pochman.pdf>. Acesso em jul. 2020.

Portner, C. C. (2016). Effects of parental absence on child labor and school attendance in the Philippines. *Rev. Economics Household*, 14, 103–130. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11150-014-9266-5>.

Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, MIT Press.

Recebido em 18/01/2024. Aprovado em 03/09/2024.



Selo Licença CC BY-NC 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International - CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.